

SEGURANÇA ALIMENTAR GARANTIDA NA MERENDA DE ESCOLA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS/MG A PARTIR DE PRODUTOS ADQUIRIDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Helenice Cristina Santos

Pós-Graduada em meio ambiente e desenvolvimento regional/UNIMONTES

Ana Ivânia Alves Fonseca

Professora do Departamento de Geociências /UNIMONTES

Resumo

A merenda escolar é um elemento importante, tanto na recuperação nutricional das crianças, quanto para evitar futuros problemas de obesidade. A agricultura familiar voltada também para a segurança alimentar e nutricional de crianças e jovens em idade escolar pauta-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada conforme estabelecido na lei. Sendo assim, o presente trabalho busca conhecer a Lei 11.947/2009 que garante melhor qualidade na merenda escolar a partir da inserção dos produtos advindos da agricultura familiar e ainda pelo desenvolvimento sustentável presente na reprodução do meio rural. E dessa forma, mostrar que a agricultura familiar é uma estratégia importante na apropriação de benefícios sociais, econômicos e ambientais bem como os possíveis caminhos para se alcançar uma segurança alimentar e nutricional de crianças e jovens em idade escolar. Para se chegar aos objetivos propostos buscou-se um caminho metodológico de revisão bibliográfica e pesquisa de campo.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar; Merenda Escolar; Alimentação; Desenvolvimento

Food Security guaranteed in the Meals of Public Schools of Montes Claros/MG with products purchased from Family Agriculture.

Abstract

The school lunch is an important element both in the nutritional recovery of children, as so to avoid future problems of obesity. The family farming also directed towards food security and nutritional of children and young people in a school age is guided by sustainability and agricultural diversification in the region, for adequate and safe food as provided by law. Thus, this study seeks to understand the Law 11.947/2009 which ensures better quality school meals from the insertion of the products coming from the family farming and also because of the sustainable development in this reproduction of the rural areas. And thus, show that family farming is an important strategy in the appropriation of social, economic and environmental benefits as well as possible ways to achieve food security and nutrition of children and young people in a school age. To achieve the proposed

objectives we sought a methodological way of literature review and field research.

Keywords: Family Farming; School Meals; Food; Development

Introdução

O Cerrado é considerado uma das zonas de grande diversidade biológica, porém uma das mais ameaçadas pela intervenção antrópica e pela modernidade agrícola das últimas décadas. Tem sido alvo de investidas capitalistas guiadas por uma noção de desvalorização ecológica e pela visão de ser uma região de vazios demográficos, econômicos etc., favoráveis ao desenvolvimento da agricultura de exportação.

Famílias inteiras buscam sobrevivência no que o ambiente natural em que estão inseridos podem oferecer. No Norte de Minas é o Cerrado e a Caatinga a expressão maior dessas famílias, tanto cultural, econômico, social e/ou ambiental. Tal relação é estabelecida pela forma de tratar a terra respeitando suas limitações e através do maior aproveitamento das potencialidades oferecidas.

Na agricultura familiar, desenvolvida em pequenas e médias propriedades, com mão-de-obra dos membros da própria família, a produção é voltada para atender a sua subsistência. Caso haja excedente, este é comercializado para acrescentar a renda do grupo.

Os produtos cultivados nos moldes tradicionais, ou apresentando certo tradicionalismo, são diversos e ricos em nutrientes, pois estão livres da grande quantidade de produtos químicos industrializados, diferentes dos demais alimentos disponibilizados em prateleiras de supermercados. Além disso, são simples e acessíveis à maior parte da população, que dispõe de poucos recursos financeiros e por isso, estão mais vulneráveis a fome.

Dentro deste contexto é que o objetivo principal do presente trabalho é reafirmar a contribuição da agricultura familiar para a merenda escolar no município de Montes Claros, cuja metodologia baseou-se em revisão bibliográfica e pesquisa de campo com visita a escola. Tendo também como objetivos específicos: entender a autossustentabilidade das comunidades tradicionais, como critério de qualidade de vida; identificar o uso dos produtos da agricultura familiar na merenda escolar no município de Montes Claros, avaliar como as crianças atendidas recebem esse alimento.

O Norte De Minas, Seu Processo De Desenvolvimento E Seus Atores

O Norte de Minas enfrenta muitos desafios em relação às desigualdades socioespaciais e problemas ambientais. A utilização da terra de modo desordenado envolve um ecossistema extremamente frágil, o Cerrado, produzindo efeitos negativos nesse ambiente, que já tem em sua realidade as limitações naturais. A região se caracteriza pela presença de dois ecossistemas importantes que são os Cerrados e a Caatinga expressos na figura 1, e áreas de transição, com clima tropical semi-úmido com manchas de semi-aridez, predomínio de um regime pluviométrico que impõe limitações sendo

uma estação úmida e uma estação seca que dura cerca de seis meses. A mesma esteve sob influência de programas governamentais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene por estar em uma situação de transição entre o sudeste e o nordeste brasileiro.

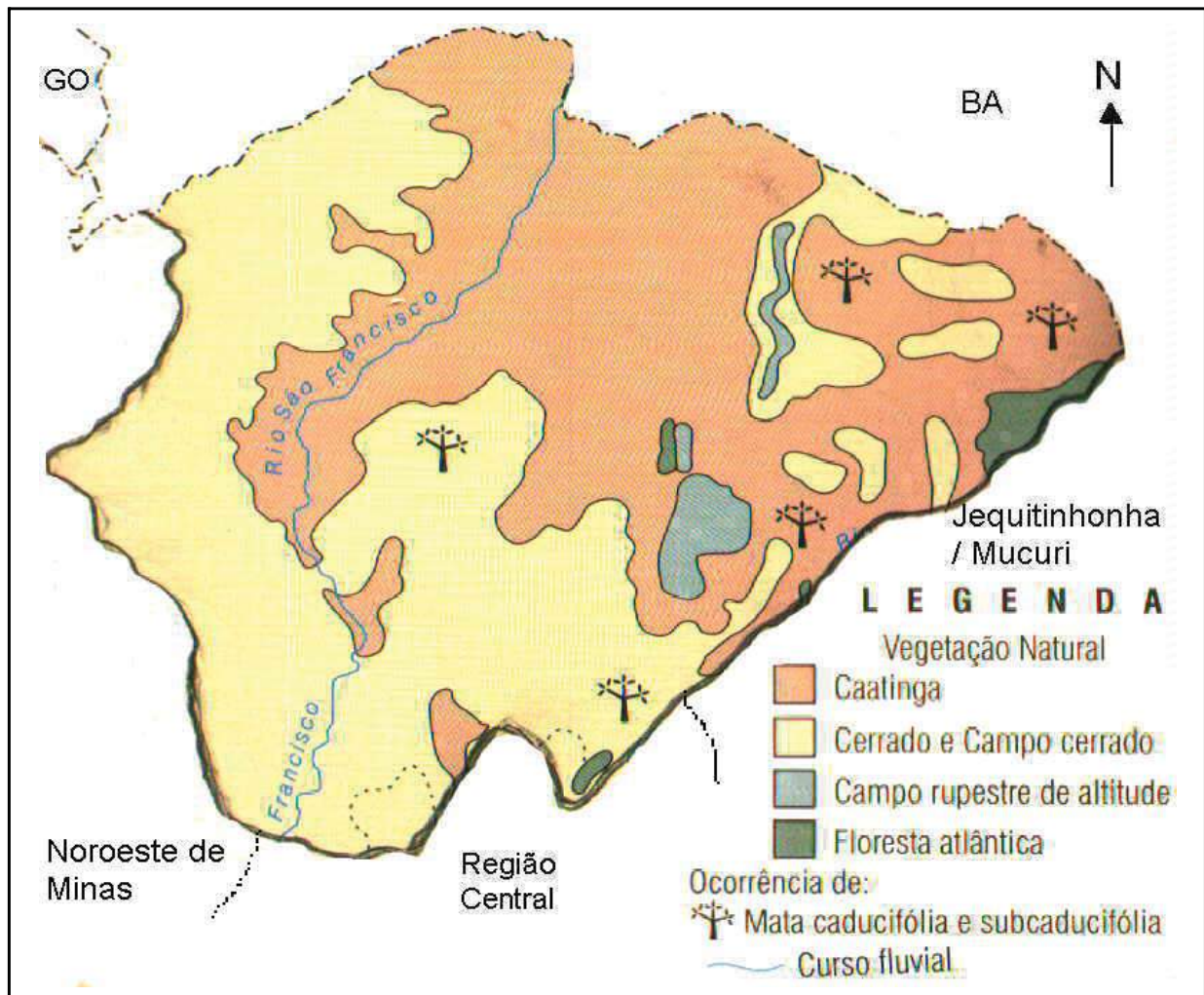


Figura 1 - Domínio do cerrado no Norte de Minas Gerais.
Fonte: LEITE (2003 apud SILVA, 2008).

Ao discutir as ações da Sudene e as indústrias de bens e consumo, Andrade (1988) expressa que:

Apesar de numerosos projetos terem se desenvolvido nas mais diversas áreas da região nordestina, a maior concentração se observa no Norte de Minas – região de Montes Claros -, face a proximidade do eixo Rio – São Paulo, e, em torno de Salvador, do Recife, de Fortaleza e de João Pessoa. Nos outros Estados o impacto da política industrial foi mais modesto, observando-se uma concentração nas proximidades dos centros urbanos mais expressivos. (ANDRADE, 1988, p.45).

Com a modernização trazida pela Sudene para o desenvolvimento da região, que se enquadra no polígono da seca, ocorreram também transformações negativas de ordem ambiental, como é expresso por Almeida (2004):

As transformações causadas pela modernidade, no entanto deixaram marcas visíveis, como o desaparecimento de grande parte de mata nativa, o Cerrado, juntamente com sua fauna, a diminuição da vazão, assoreamento e mesmo o secamento de muitos rios, a contaminação por agrotóxico e a salinização de grandes áreas, demonstrando o adiantado processo de degradação ambiental da região. (ALMEIDA, 2004, p.56).

E pode-se completar com Dayrell (2000) que também escreve sobre as transformações ocorridas no cerrado e ao longo da faixa de transição cerrado e caatinga na região.

A ocupação recente dos cerrados, provocada pela expansão das relações capitalistas no campo, visto como a última fronteira agrícola pelas elites brasileiras, vem colocando em xeque a sustentabilidade deste bioma e provocando um processo de miserabilização de suas populações, acentuando os desníveis socioeconômicos, a concentração das terras, associados com a degradação dos seus recursos naturais: solos, água, flora e fauna. (DAYRELL, 2000, p.191).

Além disso, há problemas como os grandes perímetros irrigados, a produção de carvão vegetal em larga escala, as monoculturas agrícolas com concentração de terras, o garimpo e tantas outras práticas sem controle. São fatores que obrigam muitas famílias a deixarem suas terras de origem, enquanto estas são ocupadas e exploradas por latifundiários que mecanizam a produção e minimizam o espaço para a agricultura tradicional. Dayrell (2000) diz ainda que:

O processo de “desenvolvimento” recente nesta região, considerada uma das mais pobres do estado, foi conduzido pelo poder público e não levou em conta as populações – camponesas, indígenas, quilombolas, pescadores, coletores, etc. – que aí viviam secularmente. Privilegiando as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agro-industriais da sociedade, deu-se início à modernização da região. (DAYRELL, 2000, p. 191).

O “desenvolvimento” trazido pelo capitalismo deixou de fora o principal ator norte mineiro, o sertanejo⁵. Nesse processo de modernização, as técnicas e práticas agrícolas do pequeno produtor, sua cultura e sua estreita relação com a natureza são desprezados para dar lugar a métodos modernos de produção, mecanização, uso intensivo do solo, adubos e fertilizantes químicos, agrotóxicos e irrigação com tecnologia. O alto custo sofrido pelo cerrado norte mineiro e seus povos não trazem garantias de um futuro de preservação ou investimentos para valorização e crescimento da região e ecossistemas locais, pelo contrário, daquilo que é produzido e/ou retirado desta região “de vazios” pouco ou nada é para benefício local, a exemplo do projeto Jaíba, que teoricamente seria voltado para o povo do lugar, Silva (2000) afirma que projetos como este esbarra na sua própria concepção reducionista e megalomaniaca cujo Estado é

⁵ Muitas terminologias foram empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, sertanejo, agricultor de subsistência, agricultor familiar. A substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do contexto social, ao ambiente em que estão inseridos e ou, às transformações sofridas por estes atores, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo ser social.

o protagonista. Desse modo, o sertanejo torna se excluído do processo de desenvolvimento recente do Norte de Minas.

Todo esse processo vem contribuindo com a degradação dos recursos naturais que o cerrado nos oferece e com a diminuição no acesso aos mesmos para a agricultura sertaneja que tem grande representatividade no Norte de Minas. De acordo com Rodrigues (2000), até meados dos anos de 1980, a maior parte da população vivia na área rural e mesmo com o crescente processo de urbanização existe ainda grande proporção da população da região vivendo em áreas rurais, como pode-se observar na figura 2.

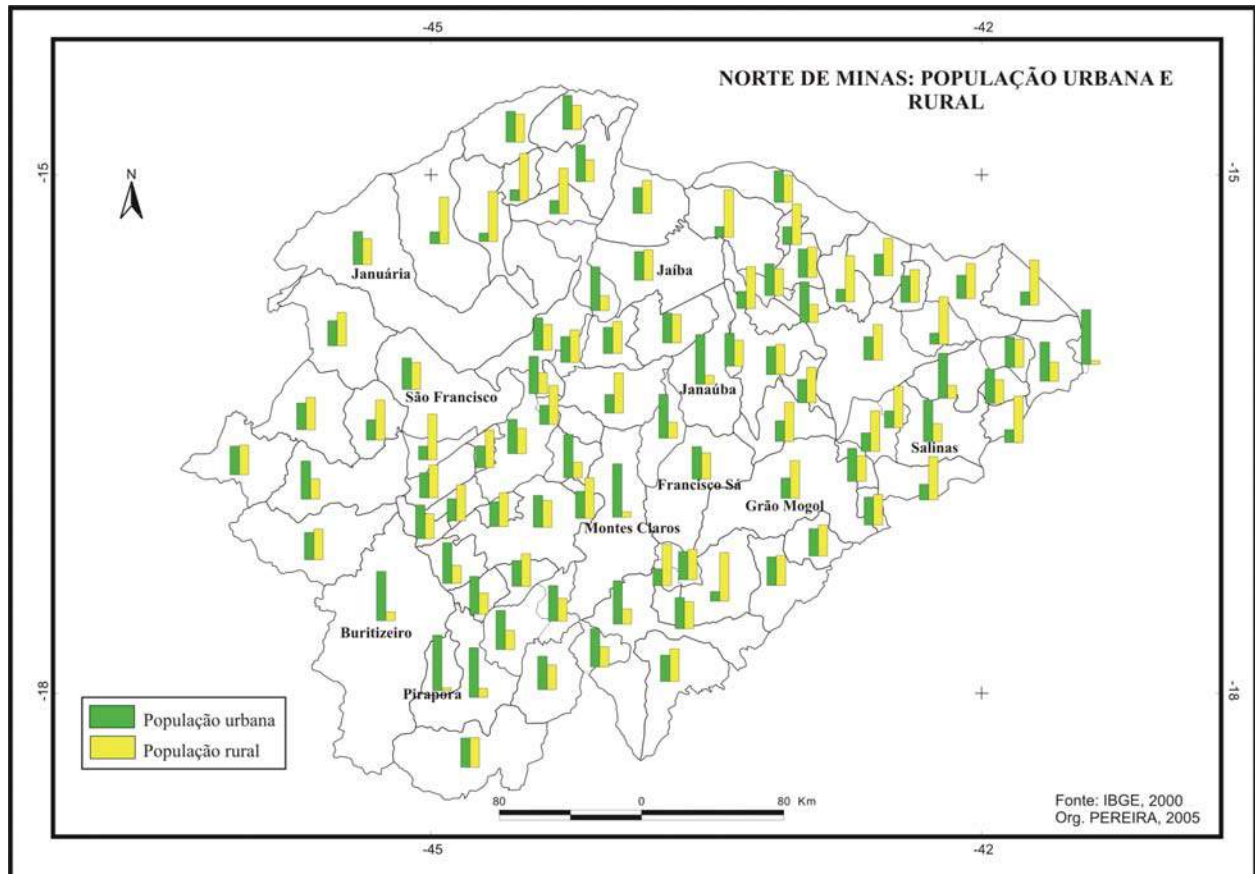


Figura 2 – Norte de Minas: População Urbana e Rural
Fonte: PEREIRA, 200

Estas populações rurais que vivem e se reproduzem em um relativo equilíbrio com a natureza, são denominadas Comunidades Tradicionais. Muitas vezes são tidas como primitivas ou inferiores, mas na verdade elas desempenham importante função no meio natural em que vivem. As Comunidades Tradicionais podem ser entendidas de acordo com a definição de Diegues (1996):

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. (DIEGUES, 1996, p.87).

A diversidade sociocultural desses povos é expressa por Costa (2006) por meio da pluralidade de formas de uso e da apropriação do ambiente. Ainda que ocupem áreas economicamente marginais caracterizam o espaço onde vivem com suas especificidades culturais, sociais, políticas e econômicas, transformando as terras habitadas em território coletivo. Ao se apropriarem de determinado território buscam no meio natural as possibilidades de sobrevivência entrelaçando cultura, sociedade e natureza.

O sistema produtivo utilizado pelas comunidades rurais, tem base no princípio da reciprocidade, da troca, cuja finalidade primeira é a reprodução familiar. As múltiplas atividades realizadas, tais como a agricultura diversificada, a pecuária, a caça, a pesca, o extrativismo, são para sua própria subsistência. E no caso de excedentes, estes são comercializados. Assim estão totalmente dependentes dos recursos que a natureza lhes oferece, o que garante uma troca entre esses povos e o meio físico de maneira sustentável, já que adquiriram um conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos. Almeida e Silva (1987, 2001 apud SIMÕES e LOPES, 2003) confirmam que:

A atividade extrativista praticada pelo pequeno produtor, favorece o uso sustentável das espécies do Cerrado através de suas múltiplas possibilidades de aplicação: alimentar, energética (carvão e óleos vegetais) industrial (tinturas, cosméticos) ou medicinal. (ALMEIDA, 1987; SILVA, 2001, apud SIMÕES e LOPES 2003 p. 91).

Entende-se que, Comunidades Tradicionais são povos que buscam se desenvolver aproveitando os recursos que a natureza lhes oferece. E que o tradicional não é algo estagnado ou antigo, pelo contrário, ele é dinâmico e proporciona alternativas variadas de como manejar os recursos naturais específicos de cada ecossistema. Neste contexto entende-se esta organização espacial dentro do contexto de agricultura familiar, que privilegia o aproveitamento dos ecossistemas dominantes e suas potencialidades intrinsecamente influenciadas por fatores culturais e ambientais, que direcionam o modo de produção.

A agricultura familiar está envolvida diretamente na apropriação da natureza. Constituída em sua maioria por membros da própria família, como camponeses e indígenas que conservam processos produtivos primários baseados no uso de insumos locais. Procuram atender as necessidades da família de acordo com as potencialidades da terra. O modelo familiar tem como característica a relação íntima com seu ambiente natural, com ênfase na diversificação produtiva e na qualidade de vida. A multifuncionalidade apresentada pela agricultura familiar, além de produzir alimentos e matérias-primas, favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a variedade de cultivos, o menor uso de insumos agrícolas e a preservação de espécies.

Por muito tempo o Norte de Minas ocupou-se em abastecer o restante da colônia com produtos alimentícios, já que não eram propícias as atividades de interesse da coroa portuguesa, a cana de açúcar e mais tarde a mineração. Enquanto a pecuária se destacava como principal atividade entre os latifundiários da região, surgiam en-

tre os menos favorecidos agricultores familiares, identificados por Gonçalves (2000) como Geraizeiros, Caatingueiros e Vazanteiros uma rica diversidade alimentar a que Gonçalves (2000) define como a expressão maior do cruzamento da questão social com a questão ecológica.

O regime alimentar, tecido ao longo dos séculos pelos *Geraizeiros*, pelos *Caatingueiros*, pelos *Vazanteiros*, é o resultado do modo como essas populações se apropriaram das diferentes condições naturais que a região oferecia, seus brejos/várzeas, suas encostas, suas chapadas, seus cerrados, suas matas secas, suas caatingas ensejando seus sistemas agrícolas. Desse modo, mais do que a pecuária, a região, sem dúvida, tem uma tradição, uma agri-*cultura*, há o requeijão, o queijo de *Minas*, o cucuz, a rapadura, o licor de pequi, a cachaça, o bolo de milho, além dos remédios... é, sem dúvida, um regime alimentar dos mais genuínos, que se convencionou chamar a *Cozinha Mineira* que, por sua vez foi desenvolvida nas brechas dos interstícios da cultura dominante que era menos *agro* e mais *pecuária*.(GONÇALVES, 2000, p.23).

O Norte de Minas tem sua herança alimentar influenciada pela agricultura indígena, africana e portuguesa. O índio nos ensinou a cultivar o milho, a mandioca, a batata doce, o amendoim e ainda a prática da pesca, o uso de plantas medicinais e outros. Dos colonizadores portugueses aprendemos a alimentar com queijo, farinha do reino e pimenta do reino. E com os negros africanos o inhame, a cana etc. Cultivos estes que foram muito bem adaptados aos demais ingredientes da terra e a nossa cultura que, mostrou criatividade frente às adversidades dos ambientes que restavam aos pequenos produtores de alimentos, a ocupação de encostas, brejos e chapadas.

Nestes ambientes encontravam alternativas de produção para criarem um tipo de alimentação característica e garantir-lhes sobrevivência. Com uma alimentação simples, porém equilibrada, a qual constitui um bom exemplo de como pode um grupo retirar de um meio considerado pouco produtivo recursos adequados às necessidades básicas à sua vida. Gonçalves (2000) aponta que a região do Norte de Minas teve que forjar suas próprias condições de autossustentabilidade.

Talvez isso não fosse o mais difícil, pois o social e o natural estavam na mesma direção. Procuravam conhecer as potencialidades de cada ambiente para, a partir daí, associarem os diversos cultivos, mandioca, milho, feijão, algodão, etc. E mais, passaram a valorizar e usufruir dos inúmeros recursos disponíveis, como a extração de frutos nativos que enriquecem ainda mais a alimentação, tanto humana quanto animal.

No entanto, essa racionalidade é confrontada, a partir da década de 1960, com as relações capitalistas mais fortes e adentrando o sertão norte-mineiro e principalmente com a instituição do Estatuto da Terra que, possivelmente, garantiria a terra ao posseiro. Os fazendeiros latifundiários começaram a cercar suas propriedades e, na maioria das vezes, expulsando as famílias de pequenos produtores que se viram obrigadas a deixarem suas terras para se somarem a população urbana. Costa (1996 apud DAYRELL 2000) nos esclarece:

Sendo a região vinculada à área de atuação da Sudene, na década de 60 deste século, concomitantemente à entrada em vigor do Estatuto da Terra que propiciava ao posseiro e agregado o domínio da terra em que se encontrava instalado, os grandes proprietários do norte mineiro, como em todo o país, rompem a solidariedade vertical com seus agregados, parentes e compadres, passando a privilegiar a aliança entre iguais. O centro da vida econômica para os grandes fazendeiros desloca-se da fazenda para a cidade. A expulsão de milhares de camponeses da zona rural nesse período vai determinar o esvaziamento do campo e a explosão demográfica em várias cidades da região, notadamente Montes Claros. (COSTA, 1996, p.4, apud DAYRELL, 2000, p. 224).

Também neste período, o Estado investiu na implantação de grandes projetos agropecuários, na instalação de grandes perímetros de agricultura irrigada e no reflorestamento de eucalipto e pinhos em diversas áreas da região. Estratégias que contemplariam o crescimento econômico e obtenção de grandes lucros a curto espaço de tempo. Mas que transformou a paisagem do cerrado norte mineiro com a degradação dos recursos naturais, efeito do uso predatório desde a colonização. Contribuiu ainda, para conservar e multiplicar a pobreza e a fome de famílias inteiras, as quais perderam suas terras.

Pensar o desenvolvimento para o Brasil rural é visar o aumento das oportunidades de desenvolvimento humano em todas as regiões do país diversificando as economias locais a começar pela própria agropecuária. O modelo “produtivista”, de necessário aumento da produção e da produtividade, orientado para as funções da agricultura como fornecedora de alimentos baratos e matérias-primas, tem cedido lugar à ótica da multifuncionalidade. Além disso, a agricultura familiar está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura. Estas idéias devem ser contextualizadas no debate sobre os caminhos para a construção do desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento Sustentável E Agricultura Familiar

A partir da década de 1970, tornou-se assunto de debates as inter-relações entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. Essa percepção global dos problemas ambientais foi foco da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo na Suécia, em 1972. O agravante problema ambiental deixa então, uma questão: Como desenvolver a economia e garantir o não esgotamento dos recursos naturais?

Para equilibrar esses dois pontos, surge então a alternativa do Desenvolvimento Sustentável, que adquire relevância rapidamente. O conceito ampliado de sustentabilidade envolve três grandes objetivos: elevar a qualidade de vida, efficientizar o crescimento econômico e conservar o meio ambiente. Seu enfoque surge no momento em que as degradações humanas e ambientais estão imbricadas e são produtos de um mesmo processo produtivo econômico de concentração de renda, desorganizado ou

“desplanificado” (independente de regras para estimular a competição) que implica em diversos problemas sócio-ambientais como pobreza, extinção de fauna e flora, aceleração ou amplificação de desastres ambientais (como tempestades, tufões, enchentes), poluição da água, ar e solo, etc.

No momento atual do capitalismo, no qual predomina a industrialização, a mecanização e o neoliberalismo econômico, esse conceito parece ignorado. No cenário das grandes economias mundiais prevalece o mercado como o mecanismo mais eficiente para a gestão de recursos, e a natureza é mais uma mercadoria para a geração de lucro. Segundo a Convenção Sobre Diversidade Biológica – 2 para analisar se um recurso está sendo utilizado de maneira sustentável ou não, é preciso que vários fatores sejam considerados, incluindo a situação do recurso em questão, o impacto do uso sobre o ecossistema do qual o recurso faz parte, e o contexto socioeconômico do seu uso. E merecidamente, a Convenção dá importância especial ao papel e necessidade de comunidades locais e indígenas, e reconhece o valor do conhecimento tradicional e práticas de manejo relevantes para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Reconhece também, o mérito provável da aplicação mais abrangente de tais conhecimentos, inovações e práticas tradicionais.

A convivência com os ecossistemas confere aos produtores locais uma característica marcada pela existência de um regime agrário coletivo. Acredita-se que essas populações têm por objetivo a constante reafirmação de sua autonomia atrelada à oposição da lógica capitalista. Pelo fato do Norte de Minas apresentar uma enorme potencialidade dos recursos naturais que se expressam através dos ecossistemas: Cerrado e Caatinga. As populações tradicionais deixaram registradas suas contribuições por meio das plantas medicinais, culinárias e um saber de cuidar, preservar o meio natural, que são incontestáveis.

A partir de 1985, devido à exploração intensiva da flora e fauna do cerrado, muitas das populações migram para centros urbanos, e áreas geomorfológicas foram sendo ocupadas por pastagens e culturas gerando terras degradadas. O Cerrado, visto como um bioma em crise é ao mesmo tempo um bioma inexplorado, tanto no aproveitamento do desenvolvimento sustentável como no reconhecimento dos saberes de suas populações que proporcionam a manutenção do seu equilíbrio ecológico onde quer que elas sejam encontradas e constituídas, haja vista que a sustentabilidade é um dos maiores desafios para o mundo no presente século.

Assim, a agricultura familiar voltada também para a segurança alimentar e nutricional de crianças e jovens em idade escolar, necessita de uma política de segurança alimentar que valorize os aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais associados a esse tipo de produção, que procure beneficiar o aumento da capacidade de acesso aos alimentos com abrangência àqueles hoje excluídos dessa possibilidade.

Legislação e Merenda Escolar Como Suporte para a Segurança Alimentar

A merenda escolar é um elemento importante, tanto na recuperação nutricional

das crianças, quanto para evitar futuros problemas de obesidade. Uma alimentação balanceada e com reforços nutricionais garante ao aluno maior autonomia, aumento da capacidade de tomada de decisão, melhora o relacionamento em grupo, desenvolve o raciocínio lógico, estimula a criatividade dentre tantos outros benefícios.

O crescimento e o desenvolvimento saudáveis das crianças estão relacionados em grande parte ao acesso a ambientes que propiciem a construção de suas relações afetivas, sociais, culturais, as quais são fortemente desenvolvidas nas escolas. Isso os leva a estimular e possibilitar maior progresso de suas habilidades, facilitando o alcance de seus potenciais biológicos e psicossociais.

De acordo com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, o Programa de Alimentação Escolar foi desenvolvido no âmbito do Ministério da Educação e é um dos mais antigos programas de suplementação alimentar do Brasil. Foi implantado no ano de 1955, depois de passar por diversas fases, quando em 1965 ganhou o nome de Campanha Nacional de Alimentação Escolar - CNAE pelo decreto nº. 56.886/65, o qual recebeu ajuda americana, entre os quais se destacavam o Alimento pela Paz, financiada pelo Programa de Alimentação para o Desenvolvimento - USAID voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o programa Mundial de Alimentos, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO/ONU. A partir de 1979 passou à denominação do que hoje chamamos de Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

A Alimentação Escolar é garantida pela Constituição Federal e deve atender a todos os alunos do ensino fundamental através do governo federal, dos governos estaduais e municipais. Desde o início de sua execução, o programa se deu de forma centralizada: havia um órgão gerenciador responsável pela elaboração dos cardápios, aquisição dos gêneros por processo licitatório, contrato de laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e, ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional. Em 1994, foi iniciada a descentralização dos recursos para a execução do programa, mediante convênios com os municípios, envolvendo as secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal, para atendimento aos alunos de suas redes públicas. Em 1998, era dispensada a assinatura de convênios, através da transferência automática dos recursos, dando mais agilidade ao processo.

Em 2001, a Medida Provisória 2.178, propiciou ao PNAE destaque para a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo Governo Federal fossem aplicados com exclusividade em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando a economia local. Em 2009 houve novos avanços para o PNAE, com a sanção da Lei 11.947, houve a extensão do programa para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos, e a garantia de que no mínimo 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

O PNAE é gerenciado pelo FNDE, que repassa para as escolas R\$ 0,22 por aluno, durante todo o ano letivo; para creches, comunidades quilombolas e indígenas o valor é de R\$ 0,44. Os recursos são destinados à compra de alimentos para atender

as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula. A intenção é contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Na alimentação as práticas e hábitos saudáveis também se estabelecem por meio dessas relações. Durante a fase da infância e adolescência, além da família que é base estruturante de seu comportamento, o ambiente escolar torna-se um espaço extremamente significativo para a promoção de práticas alimentares saudáveis. A socialização no espaço escolar possibilita troca de experiências, saberes e aprendizados. Sendo assim, é nesse espaço privilegiado que o sujeito terá maior acesso à informação sobre saúde e nutrição.

Doenças relacionadas à alimentação durante a fase da infância, de acordo com dados do Ministério da Saúde apresentados pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar Nutricional - CONSEA (2004), mostram crescimento do número de crianças com sobrepeso. Constata-se ainda que, apesar da desnutrição infantil apresentar queda, de 15,7% em 1989 para 10,4% em 1996, ela permanece alta em determinados segmentos sociais e regiões específicas. Como é o caso do Nordeste, onde a desnutrição infantil alcançou o índice de 17,9% em 1996, enquanto que no Sudeste o sobrepeso em crianças ultrapassa os 15%. Há também uma preocupação quanto ao expressivo aumento de situações de anemia em crianças e adolescentes, bem como a incidência de transtornos alimentares, como a anorexia e bulimia.

Problemas de alimentação e nutrição em crianças e adolescentes reforçam a validade da lei 11.974/09, quando no inciso VI traz que:

o direito à alimentação escolar deve garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, que respeite as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. (LEI 11.974/2009, Inciso VI).

Para garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados por um nutricionista. Cabe a esse profissional optar pela utilização de gêneros alimentícios básicos, que respeitem as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar local, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada conforme estabelecido na lei.

Contudo, os avanços não são apenas para a merenda escolar, mas também para a agricultura familiar que disponibiliza seus produtos para abastecer as cantinas escolares, gerando trabalho e renda para o pequeno produtor. No inciso V da lei fica estabelecido que no mínimo 30% dos gêneros alimentícios usados para a merenda devam vir diretamente da agricultura familiar local, e apoiando o desenvolvimento sustentável.

Escola Beneficiada Com Produtos Da Agricultura Familiar

Embora não esteja indicado expressamente em nossa constituição, considera-se que o direito à alimentação esteja contemplado entre os demais, pois o direito à alimentação abrange diversos aspectos, principalmente quando se menciona o direito à saúde. Para que cada sujeito tenha assegurado o seu direito a alimentação é preciso que lhes sejam garantidos o acesso regular e permanente a alimentos de qualidades, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como bases promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Nisso consiste o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional adotado no Brasil desde a década de 1986, com a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, mas que veio a se consolidar a partir da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994.

Ocorre no município de Montes Claros uma elevada demanda social para abastecimento de alimentação a uma população carente, bem como o fornecimento da merenda escolar municipal. Parte desta demanda está associada com o elevado número de educandário municipal que chega a cento e duas (102) escolas, conforme a Superintendência Regional de Ensino – S.R.E. Neste sentido, através de empresa terceirizada, a Prefeitura Municipal mantém veículos de fornecimento de produtos oriundos da agricultura familiar praticada pelos agricultores de comunidades rurais do entorno.

A merenda escolar hoje no município é terceirizada pela empresa de alimentos Stillus, com sede em Belo Horizonte que atende aos restaurantes populares da região. Recebe dinheiro do governo federal, através da prefeitura, compram os produtos diretamente dos produtores familiares para colocar na merenda. A Prefeitura Municipal de Montes Claros é encarregada pela elaboração do projeto, envio da documentação, recebimento e conferência da produção, fracionamento e distribuição às escolas beneficiárias consumidoras. Preenchimento dos Termos de Recebimento e Aceitabilidade e fechamento de notas fiscais.

Das cento e duas entidades de ensino do município, cerca de vinte e três escolas municipais de Montes Claros recebem produtos dos moldes tradicionais. A Escola Municipal Afonso Salgado está entre as beneficiadas que recebem a merenda escolar com produtos da agricultura familiar. A instituição está localizada em um bairro periférico, na região noroeste de Montes Claros, cuja clientela, em sua maioria é composta por assalariados e prestadores de serviços junto a economia informal.

A escola oferece o Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano que funciona nos turnos do matutino e vespertino, já o noturno atende aos jovens e adultos com o curso regular de suplência. Funciona atualmente com cerca de 1000 alunos, distribuídos em 38 turmas, sendo 532 no turno matutino, 330 no vespertino e 143 no noturno. Conta ainda com o Programa Mais Educação que auxilia alunos em tempo integral.

Em sua maioria, as crianças e jovens que chegam à escola vêm de famílias com baixa renda, sem condições de inserir em suas refeições diárias uma alimentação balanceada e rica nutricionalmente e por isso, estão mais vulneráveis a fome. Assim, a merenda escolar de qualidade adquirida diretamente da agricultura familiar vem

de encontro às necessidades destes alunos, que em alguns casos têm a alimentação escolar como única refeição diária.

Visto que estudos sobre o consumo alimentar das famílias brasileiras analisado por pesquisa realizado pelo ENDEF⁶ indicam que os mais ricos se alimentam melhor, uma vez que consomem mais arroz, feijão e carne enquanto os mais pobres consomem mais farinha de mandioca. Esses alimentos nem sempre são equilibrados do ponto de vista nutricional e se tornam mais preocupantes quando ao lado da precária situação de habitação, higiene e economia da maioria da população, em aglomerados urbanos.

A agricultura familiar tem uma produção diferenciada, pois procura suprir as necessidades básicas alimentares e nutricionais da família, privilegiando os hábitos saudáveis levando em conta os aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais sem causar lhes grandes prejuízos. Por isso são muitas as vantagens que escolas e alunos ganham na aquisição dos produtos advindos da agricultura familiar, tais como qualidade, variedade, produto natural, fresco e saudável com oferta o ano inteiro.

Considerações Finais

A agricultura familiar tem como característica a relação íntima com seu ambiente natural, voltada principalmente para a diversificação produtiva e a qualidade de vida. Suas atividades diversas vão além de produzir alimentos e matérias-primas, favorece ainda o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a variedade de cultivos, o menor uso de insumos agrícolas e a preservação de espécies. A partir da construção do presente trabalho notou-se a grande colaboração da agricultura familiar para com o cerrado norte mineiro e mais, o seu aproveitamento para o desenvolvimento alimentar pautado nos hábitos saudáveis que beneficie a valorização cultural, ambiental e socioeconômica de comunidades tradicionais Norte Mineiras.

Com o intuito de reforçar a importância da agricultura familiar para a conservação do cerrado bem como a contribuição desses agentes sertanejos para a segurança alimentar e nutricional de crianças e jovens que recebem a merenda escolar, o presente trabalho buscou apresentar resultados locais que estão expressos na organização e atuação do poder público na oferta de merenda de qualidade para alunos da rede municipal. O resultado mostrou que, na escola pesquisada os alimentos são fornecidos por produtores familiares da região, o cardápio é elaborado por nutricionistas em todas as escolas atendidas e segundo os mesmos os produtos têm boa aceitação entre as crianças, pois o índice de desperdício é bem pequeno.

Com a entrega direta para a merenda escolar, toda a região ganha em termos de credibilidade e qualidade. Alunos e profissionais da educação da rede municipal vivenciam uma nova realidade dentro do Programa de Alimentação Escolar brasileira, na qual os hábitos alimentares regionais são respeitados. Por meio da lei 11.947 de 2009 fica garantida a aquisição mínima de 30% dos produtos da agricultura familiar, vocação do município e atividade principal de agricultores familiares.

⁶ ENDEF - Estudo Nacional de Despesa Familiar realizou em 1974/75 a pesquisa mais abrangente já realizada no Brasil em matéria de alimentação e nutrição.

Diante do potencial e capacidade produtiva da agricultura familiar sem maiores prejuízos ao seu ambiente natural, espera-se que haja maior valorização para os mais variados grupos tradicionais existentes. Haja vista que eles deixaram registradas suas contribuições, sejam medicinais, culturais, ambientais ou culinárias e ainda na atualidade contribuem para elevar a qualidade da alimentação diária através da merenda escolar. Sendo assim, para que um maior número de alunos seja beneficiado é preciso o envolvimento tanto do governo, como da sociedade civil organizada em suas diferentes áreas de atuação, seja na agricultura, educação, meio ambiente etc., bem como diversos ramos de atividade de produção, comercialização, acesso e consumo, para gerar em âmbito federal, regional ou local políticas públicas e programas orientados para a melhoria da alimentação e da nutrição da população.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de (org.). A captura do cerrado e a precarização de territórios: Um olhar sobre sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (org.). **Tantos Cerrados – Múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

ALMEIDA, Maria Ivete Soares. Reflexões Sobre a Geografia Norte Mineira Enquanto Prática Social. In: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares (orgs.). **Leituras Geográficas Sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros. Ed. Unimontes, 2004.

ANDRADE, Manoel Correia de. **O Nordeste e a Questão Regional**. São Paulo, Ed. Ática., 1988.

BRASIL. **Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. Panorama da BIODIVERSIDADE GLOBAL 2**. Brasília; Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas (MMA), 2006.

COSTA, João Batista. **Populações Tradicionais do Sertão Norte Mineiro e as Interações Socioambientais vividas**. In: **Revista Cerrados**, vol. 4, n.1, Montes Claros: Ed. Unimontes, 2006.

DAYRELL, Carlos; A. LUZ. Cláudia (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros. Ed. Unimontes, 2000.

DAYRELL, Carlos Alberto. Geraizeiros descem a Serra ou agricultura de Quem não aparece nos Relatórios dos Agrobusiness. In: DAYRELL, Carlos; A. LUZ. Cláudia (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros. Ed. Unimontes, 2000.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GONÇALVES, Carlos Valter Porto. Breve ensaio sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: DAYRELL, Carlos; A. LUZ. Cláudia (orgs.) **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros. Ed. Unimontes, 2000.

LEI Nº 3.885, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2.007. Organiza o Sistema Municipal de Ensino de Montes Claros.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Imprensa Oficial, 1991.

OLIVEIRA, J. E. Dutra de; CUNHA, S. F. de Carvalho da; MARCHINI, J. Sérgio. **A Desnutrição dos Pobres e dos Ricos – dados sobre a alimentação no Brasil**. São Paulo: Ed. SAVIER, 1996.

OLIVIVEIRA, Marcos Fabio Martins; RODRIGUES, Luciene (Org.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

PEREIRA, Anete Marília. UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Cidade média e região** : o significado de Montes Claros no norte de Minas Gerais. 2007. 350 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares (orgs.). **Leituras Geográficas Sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros. Ed. Unimontes, 2004.

PEREIRA, Kérley Braga; CASARIL, Bento; PLEIN, Clério (orgs.). **Segurança Alimentar numa Perspectiva Multidisciplinar: contribuição ao debate brasileiro**. Francisco Beltrão: Unioeste – Campus de Francisco Beltrão, 2005

RODRIGUES, Luciene. Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente. In: OLIVIVEIRA, Marcos Fábio Martins. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

SILVA, Cármen Cássia Velloso e. **A apropriação do cerrado para a educação ambiental escolar a partir do pequiizeiro**. 2008. 100 p. (Dissertação – Mestrado em Educação) Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR – Campus Betim MG.

SILVA, C. E. Mazzetto. Desenvolvimento e Sustentabilidade nos Cerrados: o caso do sertão norte-mineiro. In: DAYRELL, Carlos; A. LUZ. Cláudia (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros. Ed. Unimontes, 2000.

SIMÕES, Maria Olívia Mercadante. LOPES, Paulo Sérgio Nascimento. Propagação e Processamento dos Frutos do Pequiizeiro. In: MAIA, Cláudia; RODRIGUES, Luciene (orgs.). **Cerrado em Perspectiva(s)**. Montes Claros. Ed. Unimontes, 2003.

MORAIS NETO, Antônio Trajano de ... [et al.]. **Manual para Normalização de TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – UNIMONTES**. Montes Claros. Ed. Unimontes, 2008.

<http://www.fetaemg.org.br/lei11947.php>. acesso em 15/02/2010

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007/2009/L11947.htm acesso em 20/06/2010